

Jornal socialista “SOCIAL” (Alegrete - RS, 1899): “Defensor da classe trabalhadora”

**Socialist newspaper "SOCIAL" (Alegrete - RS, 1899):
“Defender of the working class”**

Anderson Romário Pereira Corrêa¹

Resumo: Durante a República Oligárquica (1889 - 1930) existiram várias formas de ações coletivas dos trabalhadores, entre elas, o jornalismo operário. O jornal Social (Alegrete, 1899) é citado entre os primeiros jornais operários do Rio Grande do Sul. Pretende-se saber a qual “regime jornalístico” se enquadra a prática do editor do jornal Social. O jornal apresentava, no cabeçalho, o lema “Defensor da classe trabalhadora”. Realizou-se uma abordagem quanti-qualitativa com técnicas de análise de conteúdo. As fontes dessa pesquisa são seis exemplares do jornal Social, do ano de 1899, encontrados dentro de um processo crime (APERGS) aberto contra seu editor, o marceneiro, líder operário e político Eduardo Mallman. Conclui-se que o jornal social enquadrava-se no regime jornalístico político partidário transitando para características de hibridização.

Palavras-chave: imprensa, jornalismo, operários

Abstract: During Oligarchic Republic (1889 - 1930), many forms of collective action were created by workers, including workers' journalism. The Social newspaper (Alegrete, 1899) is one of the firsts workers' newspapers in Rio Grande do Sul. It is intended to know which “journalistic regime” is more accured to the practice of the Social newspaper’s editor. The headline had the motto “Defender of the working class”. A quantitative and qualitative approach was carried out with content analysis techniques. The sources of this research are Six copies of the newspaper Social from the year 1899, they are found into a criminal case (APERGS) opened against its editor, the joiner and worker’s political leader, Eduardo Mallman. It was concluded that the social newspaper was part of the journalistic regime’s party politician, moving towards hybridization characteristics.

Keywords: press, journalism, workers

Introdução

A produção de jornais impressos é uma das atividades coletivas desenvolvidas pelos trabalhadores e faz parte do que se conhece por movimento operário. Segundo Jorge Pastorisa Jardim (1990, p.23), a imprensa é um dos aspectos que dinamizam e transformam a sociedade. Para Jardim, além da urbanização e da industrialização, a imprensa tem lugar de destaque no desenvolvimento do capitalismo, assim, para ele: “*A imprensa e o jornalismo se desenvolveram paralelamente ao capitalismo e a industrialização. A imprensa por si só já pode ser considerada uma forma de indústria, pois substitui o trabalho artesanal por um processo mecânico.*” (JARDIM, 1990.p.23)

¹ Professor Assistente na Universidade Federal do Pampa, São Borja, cursos Ciências Humanas e Ciências Sociais/Ciência Política. Graduado em História, Especialista em Gestão Educacional e Mestre em História. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (IHGRGS). E-mail: correa.arp@gmail.com

Jorge Jardim (1990, p.24) escreve que os primeiros jornais operários e contestadores do sistema capitalista no Rio Grande do Sul foram “*O Operário*”, em Pelotas, e “*L’Avvenire*”, em Porto Alegre. Durante o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no ano de 1898, circulavam no Estado dois jornais operários, o “*Echo Operário*”, de Rio Grande, e o “*Social*”, de Alegrete. (Ibid.p.31)

É importante discutir o que se entende por Imprensa e Jornalismo. Segundo Rudiger, existem diversos tipos de imprensa, mas nem todas possibilitam a formação do jornalismo. Segundo esse autor, o jornalismo é: “(...) *uma prática social correspondente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode estruturar-se de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão. (...)*” (RUDIGER, 1998.p.09)

Na historiografia sobre os jornais operários ou sobre a imprensa operária existe uma confusão conceitual em torno das categorias Imprensa Operária, Imprensa Sindical e Imprensa Política. Mendes (2005), depois de expor esse debate, conclui que a separação entre Imprensa Operária e Imprensa Sindical é de caráter ideológico, pois, segundo o autor, essa classificação era fundamentada na ideia de que a imprensa operária seria aquela desenvolvida na fase inicial do movimento operário, influenciada pelas ideias anarquistas e que estes não tinham uma tática e uma estratégia de transformação social bem delineada (postulado equivocado, difundido por uma literatura marxista). A imprensa sindical seria aquela na qual existem textos de análise mais teóricos e com uma linha programática de transformação social bem clara. Segundo Álvaro Mendes, essa divisão – e classificação – seriam mais ideológicas, e todos os jornais, desde as primeiras manifestações coletivas dos trabalhadores, por volta de 1880, são todas manifestações da Imprensa Operária e, ou, Imprensa Sindical. (MENDES, 2005.p.10.) O mesmo autor explica o conceito de Imprensa Partidária: Seria a imprensa criada para defender a linha ideológica e a doutrina de determinado partido e os interesses da classe trabalhadora e filiados. (MENDES, 2005.p.11)

Então, entende-se que a Imprensa Operária ou Sindical é aquela que privilegia conteúdos relacionados ao cotidiano de trabalho de determinadas categorias e da classe trabalhadora. A Imprensa Política seria aquela ligada a ideologias específicas e partidos aliados à classe operária, em cujo conteúdo existe a defesa das ideologias e das doutrinas dos respectivos partidos.²

² Na obra “Que Fazer” Lenin discute sobre esse assunto.

Francisco Rudiger (1998, p.10) explica que o jornalismo gaúcho conheceu dois “*regimes jornalísticos*”: Segundo ele, a primeira fase, denominada de jornalismo político-partidário, que foi dominante desde a sua formação, na segunda metade do século XIX, até a década de 1930. A segunda, dominada de jornalismo informativo e indústria cultural, começou a ser gestada lentamente no início do século XX, quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidou com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação. (Idem, p.11)

O regime jornalístico “*político-partidário*” está ligado ao processo pelo qual a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária. Os partidos montavam suas próprias empresas e lançavam seus periódicos. Surgiram as redações, os jornais passaram a ter uma organização editorial, se consolidou uma racionalidade e os políticos tomaram o lugar dos tipógrafos na função de jornalistas. (1998.p.28) Para Rudiger, através do jornalismo político-partidário, o jornalismo tornou-se meio de formação doutrinária da opinião pública. Ficou definido, então, que o papel dos jornais era essencialmente opinativo. (RUDIGER, 1998.p.29s)

A problemática da presente pesquisa questiona a qual “*regime jornalístico*” filia-se a prática do editor do jornal Social?

Entende-se que o saber sobre o passado pode ser explorado por diferentes ciências (paleontologia, arqueologia, história), mas o diferencial da História é que ela se preocupa com as experiências humanas no decorrer dos tempos. Não se pretende fazer uma “*história das coisas*”, mas, através das coisas como testemunhos, captar o fazer humano. Por esse motivo, o foco deste estudo são as experiências do(s) editor(es) do jornal Social.³ Realizou-se uma abordagem quanti-qualitativa com técnicas de análise de conteúdo que, segundo Bardim (2011), é dividida em: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Para analisar os tipos de textos publicados no jornal Social, utiliza-se a seguinte classificação: 1. Gênero informativo (Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista); 2. Gênero opinativo (Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta, Crônica); 3. Gênero interpretativo (Análise, Perfil, Enquete, Cronologia, Dossiê); 4. Gênero diversional (História de interesse

³ “Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas no máximo um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.” (BLOCH, 2001:54).

humano, História colorida); e 5. Gênero utilitário (Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço) (MARQUES DE MELO, 2009, p.35)

As fontes dessa pesquisa são seis exemplares do jornal Social, do ano de 1899, encontrados dentro de um processo crime (APERGS) aberto contra seu editor, o marceneiro, líder operário e político, Eduardo Mallmann. Dentro do Processo contra o editor, encontram-se seis exemplares do jornal Social, que são as seguintes edições: 05 de fevereiro de 1899, Ano II, nº 01; 02 de abril de 1899, Ano II, nº 09; 23 de abril de 1899, Ano II, nº 12; 03 de setembro de 1899, Ano III, nº 17 e 10 de setembro de 1899, Ano III, nº 18 e o nº 19⁴.

O contexto local: produção e circulação de jornais em Alegrete

Sabe-se que, no período da República Velha (1889-1930), mais especificamente no período de hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense, existiram momentos em que havia repressão à manifestação pública da oposição. A seguir, verificam-se dois exemplos sobre como eram tratados os jornais de oposição na região de Alegrete. Fredolino Prunes conta que, em 1905, na vizinha cidade de Quaraí, por motivos de dissidência política entre os Flores da Cunha e os Cunha Corrêa contra João Francisco Pereira de Souza (do Cati), Prunes tem que se mudar de volta para Alegrete, sua terra natal. Seu material tipográfico é atacado por um bando armado, a mando de João Francisco, na região do Garupá, quando era enviado para Alegrete: *“As caixas de tipos foram empasteladas e as máquinas danificadas.”* (PRUNES, s/d, p.55)

Laci Osório (1979, p.12), nascido em 1911, em *“Questão de Vida”*, escreve: *“Meu pai, maragato de origem, lia o Bandoleiro de Júlio Ruas.” Acrescenta ele, em outra passagem: “Notícias orais e escritas corriam em conversas de rua e locais de trabalho. Os jornais maragatos denunciavam farsas eleitorais do governo”* (Ibid.p17). A guerra pelas letras e as palavras é demonstrada mais fielmente por Laci Osório, quando o escritor diz: *“O jornal O Bandoleiro, de Alegrete, bem como os jornais de Arnaldo Melo, Fanfa Ribas, Clarimundo Flores, de outras cidades, saíram às ruas escorados nos fuzis maragatos. (Ibid.p.19)”*

Percebe-se que existiam jornais que eram permitidos e outros que não o eram. Em alguns casos, acontecia até mesmo o empastelamento dos jornais, e seus redatores sofriam perseguições. Se até mesmo a imprensa dos partidos da elite opositora era perseguida, o que

⁴ APERGS. Fundo: comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69.

aconteceria com os jornais operários? Jorge Jardim escreve sobre a reação da classe dominante, patrões e governo contra a imprensa operária; cita o caso do jornal “*Democracia Social*”, de Pelotas (1893), e do “*Social*”, de Alegrete, que, em 1899, é processado (esse assunto será retomado mais adiante) (JARDIM, 1990.p.124).

Existem indícios que apontam a circulação da imprensa operária internacional em Alegrete no período em análise. No mês de abril de 1899, circulava em Alegrete o jornal “*La Vanguardia*”, órgão do Partido Socialista Operário de Buenos Aires. No mesmo mês, também aparece o “*Echo Operário*”, órgão do Partido Socialista de Rio Grande (SOCIAL, 1899, nº 09.p.04). Em setembro, circula pela cidade o jornal “*A Voz do Proletário*” e “*O Taquariense*” (SOCIAL, 1899, nº 17.p.02). Em 1905, circula em Alegrete o jornal “*A Democracia*”, cujo redator era o socialista Francisco Xavier da Costa. Em Alegrete, o representante deste jornal era o 1º secretário da associação operária local, Sr. Francisco Zaccaro. (A DEMOCRACIA; 1905; nº 21. p.02). João Batista Marçal escreve sobre a imprensa operária no Rio Grande do Sul, e apresenta uma relação de jornais operários em dois livros: “*Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*” e “*A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul.*” Nas referidas obras, apresenta dois jornais operários em Alegrete no período da República Velha: o “*Social*” e “*O Combate*”. (MARÇAL, 2004. p.282s)

O Contexto local: O fazer-se da classe operária em Alegrete

Na transição do Império para a República, Alegrete, bem como outras cidades da Campanha Sudoeste, está entre as pioneiras na urbanização do Rio Grande do Sul, como também é pioneira quanto à presença de imigrantes e quando à formação de um mercado de trabalho livre. No aspecto político, há três fases nítidas na administração da cidade: um período de agitação Federalista; um período de continuidade e “*tranquilidade*” do PRR; e um último período de agitação Libertadora. Embora os Republicanos sempre tenham vencido eleições, era um dos municípios onde havia forte oposição ao PRR. Por volta de 1897, quando havia instabilidade política, evidenciaram-se as atividades mais contundentes do movimento operário local. Outra grande quantidade de documentos sobre o movimento operário alegretense “*aparecem*” justamente no período que vem logo após as instabilidades de 1923 e 1924. Depois de 1924, acontece a “*pacificação*” e unificação política, a unificação da oligarquia, dos Republicanos com os Libertadores. Momento em que aparecem na imprensa várias notas sobre o movimento operário (CORRÊA, 2010. p.193).

A cidade de Alegrete era uma das que mais se desenvolvia no período, com a população urbana ocupando 27 e 36% da população. A porcentagem de imigrantes variava entre 6 e 7,8%. Entre 1914 e 1922, há uma elevação nos empreendimentos econômicos urbanos. O maior número de registros acontece em 1922. O número de ofícios conserva-se praticamente estável entre 1909 e 1922, já o número de fábricas aumenta após 1918. São identificados 15 tipos de fábricas, sendo que, destas, seis eram de alimentos. As manufaturas e fábricas produziam para o mercado regional, enquanto as oficinas produziam para o mercado local. O setor de comércio e serviços representava 76% das atividades urbanas, as oficinas e manufaturas 24%. Se o comércio era a atividade que mais aparecia nos registros, os comerciários deveriam ser a categoria com o maior contingente de trabalhadores (CORRÊA, 2010.p.194).

A Intendência Municipal de Alegrete empregava uma média de 73 funcionários no período da República Velha, e mobilizava em torno de 153 pessoas com atividades econômicas (que forneciam bens e serviços à Intendência). No final do período em análise (1929), a Intendência adquire oficinas próprias e pode ter deixado de ocupar os serviços dos artesãos. Em compensação, as obras de saneamento proporcionam a ampliação da oferta de emprego na cidade. Como a cidade possuía principalmente pequenas lojas e oficinas, que empregavam pouca mão-de-obra, possivelmente a Intendência tenha sido a maior empregadora no Município. Destaca-se o papel do governo municipal empreitando obras públicas e ampliando o quadro de funcionários. Isso vai refletir no movimento operário, pois, a partir de 1925, começam a aparecer outros profissionais no movimento operário, ligados ao funcionalismo público municipal. (CORRÊA, 2010.p.194)

É possível identificar duas fases no movimento operário: uma que vai de 1897 a 1915, e outra que vai de 1915 a 1929. Na primeira fase, fica nítida a presença e a hegemonia política dos socialistas, a presença de elementos com patronímicos de origem germânica nas diretorias das associações operárias. A presença de grupos familiares nas diretorias das associações operárias e a continuidade de algumas destas pessoas. Na segunda fase, de 1915 em diante, aparece uma maior quantidade de nomes de origem italiana e a presença significativa de possíveis imigrantes ou descendentes de portugueses e espanhóis. É um período em que aparece o registro da circulação de militantes “*estrangeiros*” pela cidade, a ligação com os congressos e militantes anarquistas de Pelotas, Bagé e Uruguaiana. (CORRÊA, 2010. p.195)

É significativa a presença de artesãos no movimento operário em Alegrete, principalmente na “*diretoria*” das associações. As evidências do movimento operário alegretense surgem em momentos onde há uma instabilidade na grande política local e

Estadual. Na formação do movimento operário de Alegrete, encontra-se um número significativo de descendentes de imigrantes. A maioria dos elementos com patronímicos estrangeiros era, na verdade, natural da localidade. O movimento operário de Alegrete formase da combinação étnica e cultural de “*nativos*” e descendentes de imigrantes e estrangeiros. Se for ampliado o critério de análise, considerando “mistura étnica” além dos elementos como patronímicos e estrangeiro, somando a estes os casamentos e parentescos com imigrantes, pode-se dizer que as diretorias das associações operárias de Alegrete possuíam quase a metade de membros relacionados aos processos migratórios. No final do século XIX, no início do movimento operário alegretense, aparece um grupo que já possuía uma trajetória política em outros partidos. É nítida a presença recorrente de membros de uma mesma família, no caso, três famílias. A direção do movimento operário era composta significativamente por artesãos. (CORRÊA, 2010.p.196)

Na origem da Mútua Proteção (1897), foi possível identificar, no mínimo, seis “*dirigentes*” operários que vieram da dissidência republicana. O presidente da Mútua Proteção, Jorge Felipe Krug, abandonou os “*velhos partidos tradicionais*” e passou para o socialismo. Isso mostra que a referência política dos operários organizados na Mútua Proteção era um militante pertencente ao grupo dos dissidentes (demetristas/cassalistas). Alguns dirigentes do movimento operário e do socialismo alegretense passaram por um “estágio” na grande política e se “*desiludiram*” com a República. A “*Revolução Federalista*” foi um acontecimento que influenciou o “nascimento” da classe operária em Alegrete, onde a ação de militantes operários advindos do Demetrismo e do Cassalismo estão na gênese, na semente do movimento operário na cidade (CORRÊA, 2014, p.24).

O jornal Social

Segundo Olavo Cabral, em 12 de maio de 1897, surge em Alegrete, o Social, fundado por ele e por Aristides Pereira da Silva. Cabral diz que, no início, era apenas um folheto, e com a adesão de Eduardo Mallmann ao Socialismo, que passa a colaborar com o jornal e com a Sociedade Mútua Proteção, o órgão toma novo impulso a partir de 1898 (JARDIM, 1990.p.69). O jornal Social tinha 04 páginas, media 33x45. Eram seus editores: Aristides Pereira da Silva e Olavo Cabral em 1897; Olavo e Eduardo Mallmann em 1898; e Eduardo Mallmann em 1899. No jornal, vinha estampado “*Aparece aos Domingos*”, e, analisando as edições encontradas, é possível dizer que o jornal se pretendia semanal. No período de 02 de

fevereiro a 23 de abril, mantém uma periodicidade semanal, foram 12 edições em três meses. No período de 23 de abril a 03 de setembro, são quatro meses e quatro edições. Entre 03 de setembro e 10 de setembro, são sete dias, retomando a periodicidade semanal. Está dentro da média dos jornais operários. O Social não trazia ilustrações, apresentava textos organizados em quatro colunas. Geralmente, apresentava um grande texto na primeira página, que podia passar para a segunda, ou então, dois textos na primeira; na segunda página, também trazia dois, três ou quatro textos; na terceira página, além de textos, apresentava noticiários; e a quarta página era dedicada a anúncios de propaganda. O jornal era financiado por assinaturas e por anúncios de propaganda. Anunciava a imprensa operária e o movimento operário no mundo, publicava textos de Francisco Xavier da Costa, Antonio Guedes Coutinho e outros. Possuía uma seção permanente denominada “*Pelo Município*”, onde apresentava críticas à administração municipal e outras questões relacionadas à cidade de Alegrete. Outra seção era o noticiário, onde apresentava notícias da Mútua Proteção; também havia “*Em Campo*”, “*Cartas*” e “*Tribuna Livre*”. Trazia, como lema, em seu cabeçalho: “*Defensor da Classe Trabalhadora.*” Publicavam-se textos de militantes socialistas, textos de outros jornais, noticiários do movimento operário e socialista internacional, difundiam a imprensa operária e socialista.

Imagem 01: Jornal Social



Fonte: (APERGS, Primeiro Cível e Crime, N: 3537; M: 103; E: 69)

A matéria publicada pelo “*Social*”, em fevereiro de 1899, leva a entender que o jornal havia passado por um período inativo. Destaca-se uma apresentação que enfatiza a retomada das edições:

O Social. Ao reaparecer esta folha em oficina própria – embora ela com seu anterior programa tenha já traçado sua norma de conduta, – e cumpre-nos o dever de esclarecer alguns pontos, tais como: Qual a causa? O que pretendemos? Quais os meios que empregaremos para levar a efeito este intento? (SOCIAL, 1899, nº 01, p.01)

Depois de escrever que o operário é o único fator e elemento de vida para a sustentação dos povos, é a vítima dos erros produzidos pelas classes improdutivas que se apossaram da direção social, faz sérias críticas ao Código Penal da República, que, segundo Mallmann, tolhe o direito dos trabalhadores, transformando-o em escravos dos capitalistas. Acrescenta Eduardo Mallmann: “*É, portanto, dever de cada operário unir-se, agremiando-se aos companheiros de classe, para assim constituir força capaz de oferecer resistência a essa absorção sempre crescente.*” (SOCIAL, 1899, nº01, p.01)

Em uma frase, Eduardo Mallmann resume os objetivos do Social: “*Instruir aos companheiros, esclarecendo os deveres e direitos que lhes correspondem, é o nosso principal objetivo: nisso, empregaremos todo o nosso franco esforço, convencidos de que é esse o ponto de partida para o direito de autonomia do povo.*” (SOCIAL, 1899, nº01, p.01)

Consultando vários exemplares do jornal alegretense, é possível verificar que o nome correto é “*SOCIAL*” e não “*O Social*”. As oficinas da gráfica se situavam na sede da Sociedade Operária Mútua Proteção, localizada na Rua Barão do Serro Largo, n.º 10. O jornal existe de maio de 1897 ao final do ano de 1899 – portanto, aproximadamente dois anos e meio.

É possível identificar três “momentos” do jornal: uma primeira fase, na qual era propriedade de Aristides e Cabral; outra fase, em que pertence à Cooperativa Tipográfica Social; e um outro momento, em que é comprado por Eduardo Mallmann. Este foi proprietário do jornal Social desde 30 de agosto de 1899, comprando as ações da Cooperativa Tipográfica Social. (APERGS, Primeiro Cível e Crime, N: 3537; M: 103; E: 69; fl.02.)

O jornal tem vida agitada: Eduardo Mallmann é jurado de morte, o Jornal ameaçado de empastelamento. Mallmann é processado, preso (liberado) e levado a julgamento. O Julgamento é tumultuado, acontecendo arbitrariedades e assassinatos.

Francisco Xavier da Costa denunciava na imprensa operária Rio-grandense: “*Consta inclusive que Mallmann foi ameaçado de morte pela oligarquia local (...)*”. Além do ataque ao militante operário e socialista, a tipografia também era ameaçada de destruição por seus

opositores (JARDIM, 1990, p.224). Segundo Jorge Jardim (1990, p.224), o jornal “*Echo Operário*” publica que “*Mallmann chegou a ser preso e pagou uma fiança para responder o processo em liberdade, a sua saída da prisão mereceu uma manifestação de seus companheiros de luta em Alegrete.*”

O julgamento de Eduardo Mallmann acontece no dia 10 de outubro de 1899, sendo seu advogado de defesa, o alegretense João de Barros Cassal. Ocorre um conflito em pleno Júri (ARAÚJO FILHO, 1908.p.240). De acordo com Victorino de Carvalho Portella, referindo-se ao ano de 1899:

Registra-se a 10 de novembro, grave conflito por ocasião do Júri do cidadão Eduardo Mallmann, do qual resultou a morte dos irmãos Delíbio e Dinarte de Barros e do notário Herminio Ferreira Lopes e vários feridos, inclusive Conceição Coronel, que comandava um forte contingente do 2º Corpo Provisório do Caty, cuja força estava postada em frente ao edifício da então Intendência Municipal, hoje Prefeitura. (PORTELLA, 1957.p.11)

Não se encontra referência à existência do “*Social*” após o julgamento. É possível que, após o outubro de 1899, ele tenha acabado.

Trajetória do editor Eduardo Mallmann

Eduardo Nicolau Mallmann nasceu por volta de 1857 em Alegrete e faleceu em 1902 em Alegrete, com aproximadamente 45 anos de idade. Entre as suas atividades políticas destacam-se: Fundador do Clube Republicano (PRR) e Conselheiro (Vereador) em Alegrete no final do Império. Mallmann foi conselheiro no período de 1883 a 1887 e de 1887 a 1889 (CORRÊA, 2014, p.22). No período em que esteve no Conselho foi aprovada uma proposta de criação de colônias de imigrantes e de libertos (alforriados) no município (CORRÊA, 2010.p.86). No período “Revolucionário” de 1891 e 1893, participou ativamente junto à oposição a Júlio de Castilhos. Fez parte da dissidência com Demétrio Ribeiro e Barros Cassal. O comandante do Batalhão de patriotas, da cidade, liderado por Manoel de Freitas Valle, nomeou Eduardo Mallmann como Capitão Comandante de Companhia (CORRÊA, 2014.p.23). Presidiu o Primeiro Congresso Operário no Rio Grande do Sul, em 1898; organizou e dirigiu o jornal socialista e operário chamado *Social*; foi fundador e membro da diretoria da Associação Operária Mútua Proteção (Alegrete/1897) (CORRÊA, 2014.p.11). Eduardo Mallmann aderiu ao socialismo e afirmava, em 1899, que a origem da luta de classes e da organização dos trabalhadores na cidade de Alegrete era resultado da mobilização e do esforço dos militantes socialistas. Dizia que se dependesse dos partidos “tradicionalistas” a organização da classe nunca aconteceria (CORRÊA, 2010, p.131).

Análise do “fazer” do Social

Quais gêneros de textos jornalísticos eram predominantes no Social? Ele produziu um jornal Operário Sindical ou Político? A qual “regime jornalístico” Eduardo Mallmann se filiava ao produzir o Social? Para a análise dos textos jornalísticos utilizou-se o modelo proposto por Marques da Costa:

1. Gênero informativo: 1.1 Nota, 1.2 Notícia, 1.3 Reportagem, 1.4 Entrevista
2. Gênero opinativo: 2.1 Editorial, 2.2 Comentário, 2.3 Artigo, 2.4 Resenha, 2.5 Coluna, 2.6 Caricatura, 2.7 Carta, 2.8 Crônica.
3. Gênero interpretativo: 3.1 Análise, 3.2 Perfil, 3.3 Enquete, 3.4 Cronologia, 3.5 Dossiê.
4. Gênero diversional: 4.1 História de interesse humano, 4.2 História colorida
5. Gênero utilitário: 5.1 Indicador, 5.2 Cotação, 5.3 Roteiro, 5.4 Serviço (MARQUES DE MELO, 2009, p.35)

Quadro 01: Análise de Conteúdo

Edição	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	4	4	5	5	5	5.4

	1	2	3	4	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	1	2	1	2	3		
05/02/1899, Ano II, nº 01			3			1			7		1					1								
02/04/ 1899, Ano II, nº 09	1				1	1	1		1															3
23/04/ 1899, Ano II, nº 12	1				1						3													10
03/09/ 1899, Ano III, nº 17					1		3																	10
10/09/1899, Ano III, nº 18					1		3																3	10
17/09/1899, Ano III, nº 19		1			1		1		1															

Fonte: Elaboração própria.

A edição de número 01, de 05 de fevereiro de 1899, apresenta a “nova fase” do jornal Social, com textos de apresentação, definição de princípios, objetivos, textos teóricos políticos, ideológicos. Na página 01: texto de Olavo Cabral, “Apresentação”; texto de Eduardo Mallmann, “O Social”, outro texto de Olavo Cabral, “Em Campo”. A página 02 continua com texto de Cabral, “Em campo”; texto “As Violências e nós”, “Pelo Município”, “Messias Transformado”. Na página 03: continuação do texto “Messias Transformado”, dois textos traduzido do jornal “La Vanguardia”, duas notícias e um texto, “Manifesto Socialista”. Na página 04: regulamento e propaganda.

Na edição nº 09, de 02 de abril de 1899, o primeiro texto, de capa, ultrapassa a página 01 e vai até a página 02. Nessa página aparecem dois textos, “A queixa contra nós” e “Cartas de Rio Grande”. Na página 02, os textos são na maioria opinativos e um informativo (Amigo

Gerente, Independência dos municípios e noticiário). A página três se divide em textos opinativos e informativos: *Secção Livre, Edital*. A última página é de textos informativos.

As páginas 01, 02 e 03 da edição nº 12, do dia 23 de abril, são opinativas e a última de serviços (propaganda). São textos na maioria tratando sobre o processo que o jornal estava respondendo.

A edição número 17, de 02 de setembro de 1899, traz na página 01: “*Pelo Município*” e outro texto, “*Atualidade*”. A página 02 é toda ocupada por um texto opinativo de Eduardo Mallmann, a página 03 possui mais texto opinativo de Mallmann, que começa na página anterior, e uma notícia. A página 04 é de propaganda de patrocinadores.

A edição de número 18, de 10 de setembro de 1899, traz na página 01 três textos opinativos, nas páginas 02 e 03 aparece um grande texto, “*Artigo*” de Olavo Cabral, sobre a origem dos socialistas em Alegrete, da Mútua Proteção Operária e do jornal Social. Na página três também tem notícias. Na página 04, propaganda.

A edição de número 19, de 17 de setembro de 1899, possui na página 01: uma notícia e três artigos, dois teóricos (“*A escravidão econômica*” e “*O que quer o socialismo*”).

Outra análise que se faz necessária é sobre a característica do discurso produzido e publicado no jornal, se é voltado pras questões das categorias, problemas pontuais da base ou se são textos mais de discussão política, ideológica e teórica.

Os textos publicados no jornal social, nestas seis edições analisadas, apresentaram discussões e manifestos em defesa de teses e teorias Socialistas. Muitos textos de caráter político ideológico e partidário (Defesa do Partido Socialista). Somente um texto discute questões voltadas ao “mundo do trabalho” mais imediato, questões de relações de trabalho, emprego, etc. Esse texto, o único nesse sentido, era sobre os trabalhadores nos serviços públicos do município. Havia vários textos de caráter organizativo. Esses textos eram voltados para a organização e as atividades da Mútua Proteção Operária de Alegrete. Ainda assim, os textos de caráter político eram a maioria.

Considerações finais

O jornal Social era um jornal pequeno, tipo tabloide, com quatro páginas e quatro colunas em cada página. Apareceu no momento de criação da Mútua Proteção Operária, no ano de 1897, de instabilidade política, num contexto em que não havia grandes indústrias na cidade. A classe operária era basicamente formada por artesãos, comerciários. serviços “gerais” e poucos empregados em serviços públicos.

Após breve exposição e análise, pode-se perceber que Eduardo Mallmann produziu um jornal onde predominou o gênero opinativo de textos. Em termos de quantidade, a parte de propaganda destinada a anúncios se sobressaía. Esses pequenos anúncios geralmente ficavam na última página. Os textos opinativos eram o segundo tipo de texto mais publicado, tratando-se de textos maiores, às vezes ocupando mais de uma página, diluindo-se em todas as três primeiras páginas do jornal.

Os textos, na maioria das vezes, eram textos que discutiam questões de cunho político-ideológico ou político-partidário, defendendo o socialismo. Não havia textos que discutissem questões pontuais da classe trabalhadora e, sim, textos de análise de conjuntura geral, do município e de defesa de questões programáticas do Socialismo (manifesto Socialista). Os poucos textos que discutiam questões mais práticas e pontuais foram escrito falando sobre os servidores da municipalidade e textos voltados para a discussão da organização dos trabalhadores na Mútua Proteção Operária. Por esse motivo o jornal pode ser classificado mais como um jornal político-sindical. Mais político do que operário e sindical. Por isso, existem evidências suficientes para dizer que Eduardo Mallmann praticou um jornalismo “político-partidário”. É de destaque a presença de propaganda nas últimas páginas das edições. Vale destacar que o jornal vende serviços gráficos. Parece estar num modelo de transição pra um modelo híbrido.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: O Coqueiro, 1908.
- BARDIM, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2010.
- CORRÊA, Anderson Romário Pereira ; PANIAGUA, Edson. R. Monteiro. . **Demetrismo e Cassalismo na Formação da Classe Operária Alegretense**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul , v. 01, p. 11-26, 2014.
- JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância: A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 1990.
- MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, s/Ed.; 2004.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Álvaro. **Breve história da imprensa sindical no Brasil. Cadernos da Comunicação**; Série Estudos. Rio de Janeiro; Secretaria Especial de Comunicação Social. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; 2005.

OSÓRIO, Laci. **Questão de Vida: memória em tempo de poesia**. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1979.

PORTELLA, Vitorino de Carvalho. **Alegrete, Capital Farroupilha – Traços de Relances (1º Centenário 1857 – 1957)**. Alegrete: Livraria do Comércio, 1957.

PRUNES, José Fredolino. **Contribuição para a história da imprensa no RGS**. In: MARÇAL, João Batista. **“Gazeta de Alegrete”, Os Prunes e seus jornais**.

RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. 2 ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998.

VILLELA, Urbano Lago. **Uruguiana – Atalaia da Pátria: o meio, o homem e a história**. 1971; Ed. La Salle.

Testemunhos (Fontes primárias)

A DEMOCRACIA. Porto Alegre, 17 de setembro de 1905; Ano I; nº 21. p.02. AHPAMV APERGS. Fundo: Comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; Numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69. Acusação.fl.02.

SOCIAL. **“O Social”**. Alegrete, 05 de fevereiro de 1899; Ano II; nº 01; p.01.

SOCIAL, Alegrete, 02 de abril de 1899; Ano II, nº 09.

SOCIAL. Alegrete, 03 de setembro de 1899, Ano III, nº 17.